



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

Acórdão n. : **26.439**
Classe : Habeas Corpus n. 1000697-73.2018.8.01.0000
Foro de Origem : Rio Branco
Órgão : Câmara Criminal
Relator : Des. Pedro Ranzi
Impetrante : RÁVILLA ENDY DA ROCHA CUNHA DE BRITO
Advogada : RÁVILLA ENDY DA ROCHA CUNHA DE BRITO (OAB: 4482/AC)
Paciente : Elizabeth da Silva Santiago
Impetrado : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco
Assunto : Crimes Contra As Relações de Consumo

HABEAS CORPUS. CRIME DO ART. 7º, IX, LEI 8.137/90. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. REQUISITOS PREENCHIDOS. DIREITO SUBJETIVO DO PACIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. Considerando que a pena in concreto para o crime contido no Art. 7º, da Lei 8.137/90, encontra-se no intervalo de 2 a 5 anos detenção OU MULTA, a proposta de suspensão condicional do processo se afigura como direito subjetivo do réu.
2. Quando para o crime seja prevista, alternativamente, pena de multa, que é menos gravosa do que qualquer pena privativa de liberdade ou restritiva de direito, tem-se por satisfeito um dos requisitos legais para a suspensão condicional do processo.
3. Os fundamentos utilizados pelo Parquet Estadual para obstar a oferta da suspensão condicional do processo à Paciente, notadamente o quantum mínimo da pena, não merece guarida.
4. Ordem concedida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n. 1000697-73.2018.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, em conceder a Ordem, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco – Acre, 03 de maio de 2018.

Des. Samoel Evangelista
Presidente



Des. Pedro Ranzi
Relator

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Pedro Ranzi, Relator: Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela **Advogada Rávilla Endy da Rocha Cunha de Brito** (OAB/AC 4.482), fundada no Art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, c/c os Arts. 647 e 667, ambos do Código de Processo Penal, em favor de **Elizabeth da Silva Santiago**, devidamente qualificada nos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco/AC.

Informa a Impetrante que a Paciente exerce a função de médica ginecologista nesta capital, e atua no ramo empresarial na empresa G. E. Diagnósticos Médicos Ltda, e ora resta acusada pela suposta prática da conduta prevista no Art. 7º, inciso IX (na modalidade culposa), da Lei 8.137/90.

Salienta que, ainda no oferecimento da denúncia o Ministério Público Estadual ventilou a possibilidade do oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo, condicionando, todavia, tal procedimento à juntada dos documentos da vida pregressa da Paciente aos autos do processo (p. 51).

Aduz a Impetrante que o Ministério Público Estadual após narrar a suposta prática criminosa perpetrada, ofertou denúncia em desfavor da ora Paciente.

Mais a mais, assevera que a audiência com proposta de Suspensão Condicional do Processo foi realizada no dia 7 de novembro de 2017, ocasião em que a autoridade coatora impossibilitou o oferecimento do mencionado instituto despenalizador, porquanto entendeu ausentes os requisitos objetivos elencados no Art. 89, da Lei 9.099/95, em especial, "em razão da imputação oferecida na denúncia".

Irresignada a defesa interpôs Recurso em Sentido Estrito consoante documentos juntados às pp. 91/99, visando a designação de nova

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

audiência, desta feita com proposta de Suspensão Condicional do Processo para que o *Parquet* viesse ofertar a citada proposta à Paciente, visto que preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos.

Assegura a Impetrante que o hodierno e pacífico entendimento jurisprudencial é no sentido da possibilidade da suspensão condicional do processo, quando existir previsibilidade no preceito secundário do crime, da aplicação da pena alternativa de multa.

Relata que, embora o Parquet Estadual, por meio da Promotora de Justiça Maria Fátima Ribeiro Teixeira, tenha pugnado pela manutenção da decisão hostilizada, a autoridade coatora, em atendimento ao efeito regressivo/iterativo, inerente ao Recurso em Sentido Estrito, com muita sapiência revogou o despacho de pp. 87/88. Desse modo:

"ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 589 do Código de Processo Penal, revogo o Despacho de fls.87/88 por entender que a acusada Elizabeth da Silva Santiago preenche todos os requisitos legais para a concessão da suspensão condicional do Processo. Considerando que o órgão ministerial recusou-se a fazer a proposta de suspensão condicional do processo, com fundamento na Súmula 696 do STF, aplico analogicamente o art. 28 do Código de Processo Penal e determino o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça".

Noutro compasso, a Procuradoria de Justiça em manifestação subscrita pelo senhor Procurador Sammy Barbosa Lopes, corroborou com o entendimento da Promotoria *a quo*, e não apresentou proposta de Suspensão Condicional do Processo, e pugnou pelo prosseguimento da ação penal com a imediata designação de audiência de instrução e julgamento. Vejamos.

"Portanto, mostra-se adequada a manifestação formulada pelo Agente Ministerial, quando opinou pelo não oferecimento da proposta da suspensão condicional do processo, em face do não preenchimento de requisito objetivo. Pelo exposto, ratifico a manifestação ministerial proferida em sede de contrarrazões de recurso em sentido estrito e, conseqüentemente, pugno pelo prosseguimento da persecução criminal, com posterior designação da audiência de instrução. Oficie-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

se ao MM. Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco quando à resolução deste feito, preferencialmente, por e-mail institucional. Ao Gabinete desta Procuradoria Geral de Justiça, para os encaminhamentos de praxe, com os devidos lançamentos". Suscita que a autoridade coatora, após manifestação da Procuradoria de Justiça não se pronunciou sobre a preservação do declinado direito subjetivo da Paciente, em ter em seu favor proposta de Suspensão Condicional do Processo, limitando-se tão somente em acatar a manifestação ministerial e designar a audiência de instrução e julgamento".

Noutro compasso, ressalta as condições pessoais favoráveis à Paciente, tais como primariedade, excepcionais antecedentes, residência fixa, bem como a presença do binômio autorizador da concessão da medida liminar, do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*.

Desse modo, afirma que a Paciente padece de constrangimento ilegal, eis que embora preenchendo os requisitos legais, não lhe propuseram a Suspensão Condicional do Processo, razão pela qual requer a concessão da medida liminar visando imediatamente a suspensão do processamento da ação penal n. 0002847-12.2016.8.01.0001.

No mérito a outorga da Ordem visando o restabelecimento do primado direito, com a concessão da Suspensão Condicional do Processo, porquanto a Paciente preenche os requisitos objetivos e subjetivos estampados no Art. 89, da Lei 9.099/95 (pp. 1/22).

Juntou documentos (pp. 23/147).

A medida liminar restou indeferida, ante a ausência do requisito do *periculum in mora*.

Informações da autoridade coatora foram trazidas aos autos (pp. 159/161).

A Procuradoria de Justiça emitiu o Parecer juntados às pp. 164/176, pugnando pela denegação da Ordem.

É o relatório.



VOTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Pedro Ranzi,

Relator: Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela causídica **Rávilla Endy da Rocha Cunha de Brito** (OAB/AC n. 4.482), em favor da Paciente **Elizabeth da Silva Santiago**, devidamente qualificada nestes autos, apontando como autoridade coatora o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco/AC.

Como relatado, busca a Impetrante com o presente *writ*, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja suspenso o andamento da ação penal n. 0002847-12.2016.8.01.0001, cuja audiência de instrução e julgamento já restou determinada pela autoridade coatora, sem que tenha havido resistência por esta, ante ao não oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo, prevista no Art. 89, da Lei 9.099/95, à Paciente **Elizabeth da Silva Santiago**.

Em outras palavras, a controvérsia repousa no não oferecimento pelo *Parquet* Estadual da proposta de suspensão condicional do processo, nos autos da ação penal movida em face da ora Paciente, que no entendimento da Impetrante preenche os requisitos objetivos contidos no Art. 89, da Lei dos Juizados Especiais, conquanto é primária, possui excepcionais antecedentes criminais e a pena mínima, **de multa**, cominada ao crime previsto no Art. 7º, inciso IX, da Lei 8.137/90, autoriza o oferecimento de referido benefício legal.

Pois bem.

Extraí-se dos autos do processo que a Paciente restou denunciada pela suposta prática do crime de previsto no Art. 7º, da Lei 8.137/90, conquanto fiscais da vigilância sanitária compareceram à empresa G e E. Diagnósticos Médicos Ltda de propriedade da mesma e verificaram que existia em depósito mercadorias a serem utilizadas para realização de exames, em condições impróprias por estarem vencidos.

O Ministério Público primevo, ofertou denúncia, e nesta ocasião ventilou a possibilidade de oferecer proposta da suspensão condicional do processo, condicionando, porém, sua elaboração após a juntada dos

5



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

documentos da vida pregressa da Paciente (p. 51), desse modo:

"Ante o exposto, estando ELIZABETH DA SILVA SANTIAGO incurso no art. 7º, inciso IX, (na modalidade culposa), da Lei Federal n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, requer o Ministério Público seja recebida a presente DENÚNCIA e determinada a citação da DENUNCIADA, para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, e ser processado, defendendo-se, até final julgamento, quando espera e requer seja condenado nas penas da lei".

Referida denúncia foi recebida, nos termos da decisão acostada à p. 52, a ação penal restou devidamente iniciada, inclusive com apresentação de resposta à acusação, nos termos do Art. 396-A, do Código de Processo Penal.

Em audiência realizada no dia 7 de novembro de 2017, a autoridade coatora impossibilitou o oferecimento do mencionado instituto despenalizador, sob o argumento de que a Paciente não preenchia os requisitos objetivos elencados no Art. 89, da Lei 9.099/95, "em razão da imputação oferecida na denúncia".

Como consectário, a defesa se insurgiu e manejou Recurso em Sentido Estrito às pp. 91/99, tencionando a designação de nova audiência com Proposta de Suspensão Condicional do Processo para que o *Parquet*, à vista do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos, viesse a oferecer a respectiva proposta à Paciente.

A autoridade coatora, em atendimento ao efeito regressivo/iterativo, revogou o despacho de pp. 87/88, **porquanto entendeu que a acusada Elizabeth da Silva Santiago preenche todos os requisitos legais para concessão da suspensão condicional do processo**, e vazado na Súmula 696, do Supremo Tribunal Federal aplicou por analogia o Art. 28, do Código de Processo Penal e submeteu os autos do processo à Procuradoria Geral de Justiça. Vejamos.

"ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art.589 do Código de Processo Penal, revogo o Despacho de fls.87/88 por entender que a acusada Elizabeth da Silva Santiago preenche todos os requisitos legais para a concessão da suspensão condicional do Processo. Considerando que o órgão ministerial recusou-se a fazer a proposta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

de suspensão condicional do processo, com fundamento na Sumula 696 do STF, aplico analogicamente o art. 28 do Código de Processo Penal e determino o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça".

O senhor Procurador Geral de Justiça, ratificou a manifestação ministerial proferida em sede de contrarrazões do Estrito, e, por conseguinte, pugnou pelo prosseguimento da ação penal.

Após a manifestação da Procuradoria Geral de Justiça informando que o *Parquet* não formulará qualquer proposta de sursis processual, em razão de entendimento da impossibilidade jurídica do pedido, o magistrado de piso deixou de se pronunciar sobre a preservação do declinado direito subjetivo do Paciente, acatando, pura e simplesmente a manifestação ministerial, e de plano designou audiência.

Aqui reside o ponto combatido pela Impetrante, a qual assevera que, muito embora seja o Ministério Público órgão competente para propor a suspensão condicional do processo, cabe ao judiciário apreciação da legalidade das razões que motivaram o oferecimento ou não do benefício, em atenção ao princípio da discricionariedade regrada.

Ab initio, cabe esclarecer que a Paciente restou denunciada, nos autos da ação penal n. 0002847-12.2016.8.01.0001, oriunda da 3ª Vara Criminal desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 7º, da Lei 8.137/90.

Art. 7º. Constitui crime contra as relações de consumo:

I - favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

II - vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;

III - misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo;

IV - fraudar preços por meio de:

a) alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

acabamento de bem ou serviço;
b) divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto;
c) junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado;
d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços;
V - elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais;
VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;
VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária;
VIII - destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros;
IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;
Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.
Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte. **Destaquei.**

Neste ponto do *writ*, o entendimento corrente na Suprema Corte aponta para necessidade de aplicação do Art. 89, da Lei 9.099/95, aos crimes em que haja previsão alternativa da pena de multa.

Confira-se:

"AÇÃO PENAL. Crime contra relações de consumo. Pena. Previsão alternativa de multa. Suspensão condicional do processo. Admissibilidade. Recusa de proposta pelo Ministério Público. Constrangimento ilegal caracterizado. HC concedido para que o MP examine os demais requisitos da medida. Interpretação do art. 89 da Lei nº 9.099/95. Quando para o crime seja prevista, alternativamente, pena de multa, que é menos gravosa do que qualquer pena privativa de liberdade ou restritiva de direito, tem-se por satisfeito um dos requisitos legais para a suspensão condicional do processo." (HC 83926/RJ, 2ª Turma, Min. Cezar Peluso, Dje nº 101, de 14-09-2007).

Com efeito, se a Lei 9.099/95 autoriza o *sursis* processual nos casos em que haja cominação de pena privativa de liberdade - ainda que restrinja sua aplicação aos crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a

8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

um ano - é de rigor admitir tal benefício quando o legislador comine ao delito a pena alternativa de multa, pois, nestes casos, independente da pena privativa de liberdade abstratamente prevista, não se trata de delito de alta reprovabilidade, não sendo daqueles que necessariamente devam ser punidos com pena de prisão.

Destarte, como pontuado pelo Supremo Tribunal Federal, a pena de multa é menos gravosa do que qualquer pena privativa de liberdade.

Entendo, pois, que o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo à ora paciente, **neste ponto**, além de ser plenamente cabível, é providência consentânea com os institutos trazidos pela Lei n. 9.099/95.

Neste sentido o seguinte precedente:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS . ART. 18, § 6.º, I, DA LEI N. 8.069/90. PRODUTO IMPRÓPRIO PARA CONSUMO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE. PRECEITO PENAL SECUNDÁRIO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MÍNIMO COMINADO SUPERIOR A UM ANO. PREVISÃO ALTERNATIVA DE MULTA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. POSSIBILIDADE. 1. O tipo penal previsto no art. 18, § 6.º, I, da Lei n. 8.069/90 revela a categoria de crime de perigo abstrato, sendo, portanto, prescindível a realização de perícia para a efetivação da condenação penal. 2. O preceito sancionador do mencionado delito comina pena privativa de liberdade superior a um ano ou multa. 3. Consistindo a pena de multa na menor sanção penal estabelecida para a figura típica em apreço, é imperiosa a aplicação do art. 89 da Lei n. 9.099/95. 4. Ordem, em parte, concedida para determinar que os autos do Recurso Especial n. 689.013 baixem para a Vara de origem, a fim de que o Ministério Público formule proposta de suspensão condicional do processo. No caso de rejeição, ou revogação do benefício, os autos devem retornar a esta Corte para que se prossiga no julgamento do Recurso Especial." (HC 34.422/BA, 6ª Turma, Rel. p/ o acórdão Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 10/12/2007.)".

Noutro compasso, em juízo de legalidade do Poder Judiciário, acerca dos fundamentos utilizados pela autoridade coatora para negar o benefício de proposta da suspensão condicional do processo à Paciente, calcado na negativa do *Parquet* Estadual, passo analisar.

Extraí-se que o juízo monocrático inicialmente impossibilitou o oferecimento do mencionado instituto despenalizador, vazado no não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

preenchimento de requisito objetivo elencado no Art. 89, da Lei 9.099/95, notadamente em decorrência da imputação ofertada na denúncia.

Posteriormente, a autoridade coatora em atendimento ao efeito regressivo, inerente ao Recurso em Sentido Estrito, revogou o despacho anteriormente prolatado por entender que a ora Paciente preenche todos os requisitos legais para concessão da suspensão condicional do processo, e com base na Súmula 696 do STF, aplicou o Art. 28, do Código de Processo Penal, submetendo ao crivo da Procuradoria Geral de Justiça.

O Caso posto a estudo revela que houve conflito de entendimento entre o magistrado de piso e a promotoria primeva, quanto ao oferecimento da proposta da suspensão condicional do Processo à Paciente. O que fez a autoridade coatora lançar mão da Súmula 696, do STF e aplicar o Art. 28, do Código de Processo Penal.

Vejamos como se manifestou a promotoria primeva, corroborada pela douta Procuradoria de Justiça:

"Destarte, por rigor técnico, é aqui importante mencionar que o crime praticado pela Recorrente, embora na modalidade culposa, que permite "a redução da pena e da detenção de 1/3 (um terço) ou a da multa à quinta parte", não enseja a inclusão do presente caso nos requisitos de admissibilidade para a concessão da suspensão condicional do processo, senão vejamos: A pena disposta no art. 7º, IX, parágrafo único, da Lei 8.137/90, é de detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa. Aplicando-se a diminuição constante no parágrafo único, a pena será diminuída para: detenção, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses a 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, ou multa, significando dizer que a pena mínima cominada será superior a um ano, não fazendo jus ao referido benefício. Assim sendo, apesar de mencionada a possibilidade da concessão do benefício na denúncia, não há como aplicar o referido instituto no presente caso se a pena mínima cominada do crime praticado pela Recorrente, com a redução, ficaria em 1 (um) ano e 4 (quatro) meses, e a máxima de 3 anos e 4 meses, lapso temporal superior ao determinado em lei, qual seja pena mínima igual ou inferior a um ano, para ser aquela beneficiada com a suspensão condicional do processo, por isso não merece prosperar o inconformismo da recorrente. (...) Desta forma, como bem destacou o Magistrado na respeitável decisão de 1º grau, não é possível conceder o instituto de suspensão condicional do processo à Recorrente, em virtude do não preenchimento de um dos requisitos obrigatórios mencionados no art. 89 da Lei n.º 9.099/1995, **qual seja o quantum mínimo da pena**".

Extrai-se que o titular da ação penal utilizou-se como ponto

10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

central para não propor a suspensão condicional do processo o não preenchimento do requisito obrigatório mencionado no Art. 89, da Lei 9.099/95, do quantum mínimo da pena, eis que a pena disposta no Art. 7º, IX, parágrafo único, da Lei 8.137/90 é de detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos **ou multa**.

Ora, é por demais consabido que a jurisprudência vinha decidindo acerca da titularidade do Ministério Público para oferecimento do benefício, tantas foram as decisões com este propósito que editou-se a Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não oferecendo o MP a suspensão, esta seria elevada ao conhecimento do Procurador Geral de Justiça para proceder nos termos do Art. 28 do Código de Processo Penal.

Veja que não era permitido o oferecimento do benefício pelo juiz competente para julgar a causa e sim ao órgão hierarquicamente superior ao Promotor de Justiça responsável pela demanda.

Assim, não competia ao Magistrado dissentido a oferta da benesse, pois entendia-se tal ato como privativo do Ministério Público na pessoa do órgão superior àquele que denegou o benefício, sob o fundamento da aplicação dos princípios da imparcialidade do juiz, bem como a titularidade da ação penal conferida pela Constituição Federal ao Ministério Público.

Hoje, coloca-se o Juiz como precursor de tal benesse. Não há de se aguardar pela decisão do *Parquet*; entendendo o magistrado que os requisitos do Art. 89 da lei 9.099/95 estão presentes, este poderá proceder na concessão do benefício que não muito distante era entendido como privativo do órgão acusatório.

A razão de ser desta inovação jurisprudencial não poderia ser mais óbvia, não é razoável criar obstáculos ao órgão julgador quando este se virtua a concretizar a difícil tarefa de cumprir os objetivos intrínsecos da lei, afinal, a ele imbuí o objetivo de aplicá-la.

O Superior Tribunal de Justiça, assim tem entendido, vejamos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. OFERECIMENTO DO BENEFÍCIO AO ACUSADO POR PARTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

DO JUÍZO COMPETENTE EM AÇÃO PENAL PÚBLICA.

O juízo competente deverá, no âmbito de ação penal pública, oferecer o benefício da suspensão condicional do processo ao acusado caso constate, mediante provocação da parte interessada, não só a insubsistência dos fundamentos utilizados pelo Ministério Público para negar o benefício, mas o preenchimento dos requisitos especiais previstos no art. 89 da Lei n. 9.099/1995. A suspensão condicional do processo representa um direito subjetivo do acusado na hipótese em que atendidos os requisitos previstos no art. 89 da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Por essa razão, os indispensáveis fundamentos da recusa da proposta pelo Ministério Público podem e devem ser submetidos ao juízo de legalidade por parte do Poder Judiciário. Além disso, diante de uma negativa de proposta infundada por parte do órgão ministerial, o Poder Judiciário estaria sendo compelido a prosseguir com uma persecução penal desnecessária, na medida em que a suspensão condicional do processo representa uma alternativa à persecução penal. Por efeito, tendo em vista o interesse público do instituto, a proposta de suspensão condicional do processo não pode ficar ao alvedrio do MP. Ademais, conforme se depreende da redação do art. 89 da Lei n. 9.099/1995, além dos requisitos objetivos ali previstos para a suspensão condicional do processo, exige-se, também, a observância dos requisitos subjetivos elencados no art. 77, II, do CP. Assim, pode-se imaginar, por exemplo, situação em que o Ministério Público negue a benesse ao acusado por consideração a elemento subjetivo elencado no art. 77, II, do CP, mas, ao final da instrução criminal, o magistrado sentenciante não encontre fundamentos idôneos para valorar negativamente os requisitos subjetivos previstos no art. 59 do CP (alguns comuns aos elencados no art. 77, II, do CP), fixando, assim, a pena-base no mínimo legal. Daí a importância de que os fundamentos utilizados pelo órgão ministerial para negar o benefício sejam submetidos, mediante provocação da parte interessada, ao juízo de legalidade do Poder Judiciário. HC **131.108-RJ, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 18/12/2012.**

Nesse contexto, não subsiste o óbice levantado pelo Ministério Público para deixar de propor a suspensão condicional do processo à paciente, tanto mais que o crime a ela imputado (Art. 7º, inciso IX, na modalidade culposa, da Lei 8.137/90) admite o benefício.

Ante o exposto, **concedo a ordem de habeas corpus para determinar que seja formulada à paciente a proposta de suspensão condicional do processo** (Art. 89 da Lei nº 9.099/95), a cargo do Juízo primevo.

Custas na forma da Lei.

É como voto.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Câmara Criminal

DECISÃO

Conforme consta da Certidão de Julgamento, a decisão foi a seguinte:

Decide a Câmara, à unanimidade, conceder a ordem.

Participaram do julgamento os Desembargadores Pedro Ranzi, Elcio Mendes e Samoel Evangelista.

Bel. Eduardo de Araújo Marques
Secretário